



PREFEITURA DE  
**SÃO JOSÉ  
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

**ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE:**  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 KM CARACTERIZADO DO TIPO CAMINHONETE, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE ATRAVÉS DO RECURSO FINANCEIRO RECEBIDO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO SES Nº. 2194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.**

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 121.866,67 (Cento e vinte e um mil e oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 30 de dezembro de 2024, às 10 (dez) (horário de Brasília)

Plataforma de Pregões Eletrônicos Licitanet:

<https://www.licitanet.com.br/>

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto



## 1.0. PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de São José Ubá/RJ, por intermédio de seu elaborador, Srº. **THIAGO FELIX DE ALMEIDA**, designados pela Portaria nº. 093/2024, e por meio da Pregoeira **BRENDA FARIA DE OLIVEIRA TERRA** designada pela Portaria nº.095/2024,, com sede na Rua Hemengardo Ramos Vieira, Nº.125 – Centro - São José de Ubá – RJ - Centro | CEP: 58.780-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº nº.1421 de 08 de fevereiro de 2024, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMA DE PREGÃO PARTICULAR

Tendo em vista a existência de plataformas para pregões eletrônicos disponibilizadas sem custos, como os sistemas criados e mantidos por órgãos públicos, tal qual o Compras.gov do Ministério da Economia, a opção pela utilização da plataforma LICITANET deve-se ao fato de não haver cobrança direta à administração pelo serviço de plataforma para a realização de pregões eletrônicos, além de treinamento e disponibilização de suporte em tempo real para auxílio na utilização do mesmo, tanto para o pregoeiro quanto para os licitantes, além de cumprir os requisitos exigidos em lei, como integração à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, integração com o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, possui opção de custo para participação em um único certame licitatório, ou em planos para 30, 90, 180 ou 365 dias, com preços justos e acessíveis. Aliado aos fatores informados conta com melhorias e atualizações contínuas além de integração com o sistema de gestão público utilizado pelo município, o que agiliza todo o processo uma vez que é possível importar e exportar os dados e resultados da licitação.

## 1.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA.

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.licitanet.com.br/>.

1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia **30 de dezembro de 2024 às 10 horas**, no site <https://www.licitanet.com.br/>, nos termos das condições descritas neste Edital.

## 2.0. DO OBJETO

**2.1. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 KM CARACTERIZADO DO TIPO CAMINHONETE**, com a finalidade de atender as necessidades Do Setor de Vigilância em Saúde através do Recurso Financeiro recebido através da **Resolução SES nº. 2194 de 08 de dezembro de 2020**, conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, parte integrante e inseparável deste Edital, independentes de transcrição.

2.2. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: <https://www.saojosedeuiba.rj.gov.br> - <https://www.licitanet.com.br>

2.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no **PORTAL LICITANET** e as especificações constantes deste Edital prevalecerão às últimas.



2.4 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº **(0xx22) 3866-1221 – Ramal: 222**.

2.5 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, telefone nº (22)3866-1684.

2.6. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.7. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

ANEXO III – QUADRO DEMOSTRATIVO DE VALORES

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO;

### **3.0 PRAZO DE FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O prazo para fornecimento do objeto será de até 30 (trinta) dias úteis e começará a fluir a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, em sua totalidade.

3.2. O prazo de vigência da contratação que decorrer desta licitação será de 90 (noventa) dia(s)

3.3. O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente autuado em processo.

### **4.0. PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

4.1. - O preço global estimado pela Administração para a contratação do objeto deste Pregão é de R\$ **121.866,67 (Cento e vinte e um mil e oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme os valores constantes do QUADRO DEMOSTRATIVO DE VALORES - ANEXO III deste edital.



## 5.0. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta do orçamento do exercício de 2024 e já está compromissada por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde

II) Fonte de Recursos: 600 – SUS.INV – Ficha: 385

III) Programa de Trabalho: 02.12.00.10.305.0002.2003.2003

IV) Elemento de Despesa: 44.90.52.00

## 6.0. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

6.2. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa.

6.6. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.7. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.8. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.



## **7.0. PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS**

7.1. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou EQUIPARADAS, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 6.1.1 a 6.1.5.

7.2. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.

## **8.0. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

8.1. Não poderão participar da presente licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (ou documento que o substitua), ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **9.0. DO CREDENCIAMENTO**

9.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

9.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

9.3. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do



sistema ou ao Município de São José de Ubá/RJ, promotor da licitação, responsabilidade em eventuais danos decorrente uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### **10.0. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO, MARCA E MODELO (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

10.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

10.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 10.3 ou 10.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública





e da fase de envio de lances.

10.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 10.10.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **11.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor unitário e total do item;

11.1.2. Marca e Fabricante;

11.1.3. Modelo

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva



responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

11.8. As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

11.9. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

11.10. Os preços e os produtos propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.11. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do item e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

11.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

11.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





## 12.0. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A abertura da sessão pública deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, conduzida pela pregoeira, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico: [site https://licitanet.com.br/](https://licitanet.com.br/)

12.2. A comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

12.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 13.0. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

13.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

13.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

13.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

13.5. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO UNITARIO**, tendo como modo de disputa **"ABERTO"**.

13.6. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados o preço unitário estimado, ou seja, após a fase de disputa aberta não serão aceitas propostas cujo preço unitário seja superior ao estimado no QUADRO DEMOSTRATIVO DE VALORES– ANEXO III deste edital.

13.7. A pregoeira poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da PMSJU para orientar sua decisão.

13.8. Se a proposta não for aceitável, a pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

## 14.0. MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. Será adotado neste pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.



14.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

14.4. Para fins da apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o menor preço UNITÁRIO.

14.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

14.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

14.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.11. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

14.12. Ao final da etapa competitiva, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021.

14.12.1. Permanecendo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

#### **15.0. BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO**

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

15.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;



15.3. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

15.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

15.5. No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

#### **16.0. NEGOCIAÇÃO**

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, a pregoeira deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada por meio do endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>; podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

#### **17.0. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1. A habilitação das licitantes será verificada com base nos documentos exigidos neste edital.

17.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação da pregoeira.

17.3. Somente os documentos e anexos exigidos, mediante juízo e solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

17.4. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

#### **18.0. DA HABILITAÇÃO:**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



### 18.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

18.1.1. Certidão Simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual.

18.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, com cópia do RG e CPF de todos os sócios. Caso os responsáveis pela administração não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração.

18.1.3. No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

18.1.4. Cópia da Cédula de Identidade dos Sócios.

### 18.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

18.2.1. a inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)** ou no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;

18.2.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

18.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de ICMS em conjunto com a Certidão emitida pela Dívida ativa) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

18.2.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição no Município de deverão apresentar a Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede;

18.2.6. Certificado de Regularidade de Situação com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

18.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011);



### 18.3. BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

18.3.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida no caso de virem a ser adjudicatárias deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

18.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados nos subitens 18.2.3 a 18.2.7 deste Edital, mesmo que apresentem alguma restrição;

18.3.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogável por igual período, a critério da Administração da PMSJU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

18.3.2.2. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

### 18.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

18.4.1. Certidões Negativas dos Cartórios de Registro de Falências e Concordatas do local da sede do proponente, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data designada para sessão de recebimento dos envelopes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

18.4.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

18.4.3. No caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

18.4.4. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

18.4.5. Balanço Patrimonial registrado e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

18.4.5.1. Comprovação através do balanço de que possui Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou maior do que o abaixo requerido, de acordo com a soma dos valores indicados:

**ILG > 0,50 ( zero vírgula cinquenta) obtido pela aplicação da seguinte fórmula:**

**ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)**



Onde ILG = Índice de Liquidez Geral  
AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
ELP = Exigível a Longo Prazo

## 18.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.5.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

18.5.2. Apresentar Certidão Negativa de Improbidade administrativa e inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça emitida através do site, na assinatura do Contrato.

18.5.3. Apresentar Certidão Negativa de Inidoneidade emitida pelo TCU, na assinatura do Contrato.

## 18.6.0. DECLARAÇÕES

18.6.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 2015 e inciso XVII do art. 92 e art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

18.6.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

18.6.1.3. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

18.6.1.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (ANEXO IV);

18.6.2. Declaração de que cumprimento dos requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019, conforme modelo. (ANEXO V);

18.6.3. Declaração, conforme modelo ANEXO VI, de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

18.6.4. Deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de integralidade dos custos, (ANEXO VII).





## 19.0. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

19.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, serão exigidos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

19.3. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

19.4. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

19.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

19.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

19.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

19.6. A pregoeira poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

19.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

19.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

19.10. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

19.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

19.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

19.13. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste



Pregão;

## 20.0. RECURSOS

20.1. Nos termos do artigo 165, II, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/21, declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pela pregoeira no Sistema Eletrônico, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

20.2. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

20.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e a pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

20.4. Cabe à pregoeira verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.

20.5. Mantida a decisão recorrida pela pregoeira, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.

20.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7. O item para o qual não for interposto recurso poderá ser desde logo adjudicados.

20.8. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria Municipal de Saúde que iniciou o processo licitatório, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada da pregoeira e parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

20.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria Municipal de Saúde que iniciou o processo licitatório adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não se torne necessário o retorno da licitação à fase de lances.

## 21.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeira/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 21.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 21.1.6. Deixar de apresentar amostra;
- 21.1.7. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 21.1.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.9. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 21.1.10. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 21.1.11. Fraudar a licitação
- 21.1.12. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 21.1.13. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 21.1.14. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 21.1.15. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 21.1.16. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 21.1.17. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 21.2.1. Advertência;
  - 21.2.2. Multa;
  - 21.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
  - 21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 21.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 21.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 21.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes



21.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

21.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.6. multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.6.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

21.6.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

21.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.8. a aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

21.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

21.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



21.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

## 22.0. INSTRUMENTO DE AJUSTE

22.1. A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a emissão do Contrato, consoante minuta que constitui o ANEXO VIII deste Edital.

22.2. Da convocação para assinatura do Contrato:

22.2.1. Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, o licitante vencedor será convocado via endereço eletrônico (e-mail) para, no prazo de 03 (três), contados da data da convocação, assinar o Contrato.

22.2.1.1. A assinatura do contrato poderá ser eletronicamente, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, no mesmo prazo indicado no subitem acima.

22.2.1.2. O licitante convocado poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela CONTRATANTE.

22.2.2. Se o licitante vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital e seus Anexos, que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço.

22.2.3. Pela recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de **10% (dez por cento) sobre o valor proposto, ao licitante vencedor.**

22.3. Da execução do Contrato

22.3.1. São partes integrantes do Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital de licitação, seus Anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

22.4. O Contrato assinado deverá ser devolvido acompanhado da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

22.5. O compromisso de prestação de serviço estará caracterizado após a assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho.

22.6. A emissão do(s) empenho(s) será (ão) autorizada(s) pelo titular da pasta à qual pertencer à unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.



### 23.0. RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. O recebimento provisório do objeto será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará a característica do veículo, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

23.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito à contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

23.4. O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, depois de verificada a conformidade da quantidade e especificação com aquela contratada e consignada no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

23.5. O aceite/aprovação dos produtos pela PMSJU não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

### 24.0. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

24.1. A(s) licitante(s) que vier(em) a ser contratada(s) deverá(ão) apresentar a documentação para a cobrança respectiva através do órgão solicitante do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O N.º 12.598.712/0001-33, em até 30 (trinta) dia útil posterior à data final do período da obrigação.

24.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal e/ou fatura do(s) serviço(s) executado(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde e conter o número do empenho correspondente.

24.3. O pagamento será efetuado após a entrega do veículo e emissão da Nota Fiscal, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, obedecidas às formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta-corrente da contratada.

24.4. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, descrito no subitem 25.4, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova fatura isenta de erros.

24.5. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) serviço(s) executado(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

24.5.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante





24.5.2. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212, de 1991;

24.5.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do período de validade;

24.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

24.5.5. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

## **25.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA, pelo site: <https://www.licitanet.com.br/>

25.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial e na Plataforma Licitanet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

25.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

25.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do



administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 26.0. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

26.1. É facultada à pregoeira e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

26.2. No caso de desconexão da pregoeira, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a pregoeira, quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

26.3. Quando a desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

26.4. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

26.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

26.6. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do endereço eletrônico <https://www.saojosedeuja.rj.gov.br> - <https://www.licitanet.com.br>

26.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

26.8. Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

26.9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico

26.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



26.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

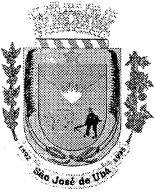
26.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico  
<https://www.saojosedeuja.rj.gov.br> - <https://www.licitanet.com.br>

26.17. A Prefeitura Municipal de São José de Ubá, - RJ e as licitantes elegem o foro do Município de Itaperuna - RJ, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com este edital.

26.18. O Edital e a minuta de contrato foram aprovados pela Procuradoria Geral do Município; nos termos do artigo 53 da Lei n.º 14.133/2021

São José de Ubá, 06 de dezembro de 2024.

THIAGO FELIX DA ALMEIDA  
Diretor de Licitação  
Portaria: 211325



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

**Termo de Referência**

**1.0. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

O presente termo tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO CARACTERIZADO DO TIPO CAMINHONETE**, com a finalidade de atender as necessidades Do Setor de Vigilância em Saúde através do Recurso Financeiro recebido através da **Resolução SES nº. 2194 de 08 de Dezembro de 2020**, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

**2.0. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

O Setor de Vigilância em Saúde desempenha funções críticas, incluindo o monitoramento de doenças, investigação de surtos e execução de campanhas de prevenção. A mobilização rápida da equipe é essencial para garantir uma resposta eficaz a emergências de saúde pública.

Muitas atividades de vigilância ocorrem em áreas de difícil acesso, onde veículos comuns não conseguem chegar. A caminhonete, devido à sua robustez e capacidade, permitirá o deslocamento da equipe para realizar inspeções, coletas de dados e intervenções em locais onde a incidência de doenças é mais alta.

A presença de um veículo dedicado aumentará a eficiência nas operações diárias, permitindo a programação e realização de atividades sem depender de transporte externo. Isso resulta em economia de tempo e recursos.

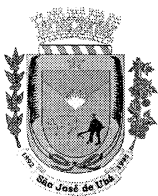
O veículo será utilizado para promover capacitações e treinamentos das equipes de saúde local. Com um transporte adequado, será possível realizar encontros em diferentes regiões, ampliando o alcance das atividades educativas.

A caminhonete caracterizada será um importante instrumento nas ações de mobilização social, contribuindo para a conscientização da população sobre a prevenção de doenças. A visibilidade do veículo ajuda a reforçar a presença da Secretaria de Saúde na comunidade.

A escolha de um modelo que atenda a normas de eficiência de combustível e emissões é fundamental para promover práticas sustentáveis dentro do setor de saúde, alinhando-se às políticas ambientais vigentes.

*[Assinatura]*  
SÃO JOSÉ DE UBÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MATRÍCULA 407232

*[Assinatura]*  
Daniel Rodrigues Alves  
Coordenador de Vigilância em Saúde  
Matrícula 407240



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

A capacidade de mobilização e resposta rápida possibilitada pelo veículo contribuirá para a redução da propagação de doenças, melhoria na vigilância epidemiológica e fortalecimento da saúde pública como um todo.

**3.0. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

3.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de 01 (um) veículo do tipo caminhonete, destinado ao Setor de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Este veículo será fundamental para facilitar o deslocamento da equipe em atividades de vigilância epidemiológica, controle de arboviroses e ações de mobilização social, garantindo uma resposta rápida e eficiente às demandas de saúde pública.

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
01	<p>Veículo caracterizado do tipo caminhonete 0 Km com modelo no mínimo correspondente a data da emissão da nota fiscal; • 02 (duas) portas laterais; • combustível: gasolina ou flex • Alerta sonoro para lanternas ligadas • Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista • Apoio lateral para acesso a caçamba • Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen • Banco do motorista com ajuste de altura • Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador • Console central com porta-copos • Direção hidráulica • • Entrada USB no console central • Espelhos retrovisores externos • Estepe sob a caçamba • Faróis simples com máscara escurecida • Freio a disco nas quatro rodas • Para-sol com espelho para passageiro • Porta-objetos nas laterais das portas • Preparação para sistema de som com fiação • Protetor da caçamba • Retrovisores externos com controle interno manual • Rodas de aço aro 15" com pneus 205/60 R15 • Vidros elétricos • Tipo de transmissão mínima: mecânica manual de 05 (cinco) marchas ou superior ou automático;</p> <p>Grafismo para a Caminhonete, deve ser aplicado no veículo, em impressão em policromia sobre adesivo vinil automotivo de alta aderência, antibolha, com proteção UV, com garantia de no mínimo 01 (um) ano contra descoloração, nas proporções indicadas no modelo de leiaute proposto e adequado ao carro ofertado.</p> <p>• A Cor do Grafismo deverá ser Verde Chartreuse</p>	UNI D.	01

*Daniel Rodrigues Alves*  
**Daniel Rodrigues Alves**  
Coordenador de Vigilância em Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• No Capô e em todas as laterais, deve ser colocado à imagem <b>"10 MINUTOS SALVAM VIDAS"</b>, conforme o Anexo 01.</li><li>• Nas laterais e na Tampa traseira deve conter também o Brasão do Município de São José de Ubá. Conforme o Anexo 02.</li></ul>		
--	--	--	--

#### **4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) veículo do tipo caminhonete, que atenderá às necessidades operacionais do Setor de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Este veículo será um elemento-chave para a melhoria das atividades de vigilância epidemiológica, proporcionando maior agilidade, eficiência e capacidade de resposta às demandas de saúde pública.

Com a aquisição deste veículo, a equipe de vigilância poderá realizar deslocamentos em áreas urbanas e rurais de forma rápida e segura, facilitando o acesso a locais de difícil locomoção. O veículo, caracterizado com a identidade visual da Secretaria, não apenas servirá como meio de transporte, mas também como um importante instrumento de mobilização social, promovendo ações educativas e de conscientização sobre prevenção de doenças.

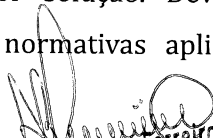
Além disso, a caminhonete permitirá o transporte eficiente de insumos, equipamentos e pessoal, otimizando as campanhas de vacinação, investigações de surtos e ações de controle de arboviroses. As especificações técnicas do veículo garantirão que ele atenda a todas as normas de segurança e eficiência, assegurando a proteção da equipe durante suas atividades.

Assim, a aquisição do veículo não apenas atenderá à demanda atual, mas também contribuirá significativamente para a melhoria da vigilância em saúde, refletindo um compromisso com a saúde pública e o bem-estar da comunidade.

#### **5.0. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18º §1º Inciso III da Lei 14.133/21):**

A contratação se dará por PREGÃO ELETRÔNICO.

Na definição dos requisitos para a eventual aquisição de um veículo caracterizado tipo caminhonete, destinado a atender às necessidades do setor de vigilância em saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Ubá, é fundamental estabelecer critérios que assegurem a escolha da melhor solução. Deve-se atentar para práticas de sustentabilidade, conformidade com normativas aplicáveis, e padrões mínimos de

  
Daniel Rodrigues Alves

  
Daniel Rodrigues Alves





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

qualidade e desempenho esperados. Esta abordagem visa promover a eficácia da contratação, alinhando-se aos princípios de desenvolvimento sustentável, transparência e obtenção de valor para a administração pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

**Requisitos Gerais:** Todas as propostas devem garantir a provisão de caminhonetes de alta durabilidade, adequadas às condições climáticas locais e compatíveis com as normas técnicas brasileiras aplicáveis. As especificações do veículo devem considerar a capacidade de carga e o desempenho esperado nas atividades de vigilância em saúde, assegurando a segurança e o conforto dos ocupantes.

**Requisitos Legais:** O veículo ofertado deve estar em estrita conformidade com todas as legislações vigentes, incluindo, mas não se limitando a normas de segurança veicular, regulamentações ambientais e de saúde pública.

**Requisitos de Sustentabilidade:** Encoraja-se a oferta de caminhonetes que apresentem baixo impacto ambiental, promovendo o uso eficiente de recursos e energia. Será valorizada a apresentação de veículos que utilizem combustíveis menos poluentes, além de considerar a possibilidade de uso de tecnologias que minimizem as emissões de gases poluentes.

**Requisitos da Contratação:** Os proponentes deverão demonstrar capacidade para fornecer o veículo dentro dos prazos estipulados, garantindo suporte técnico e assistência pós-venda. É necessário apresentar documentação técnica do veículo, incluindo manuais de operação e manutenção. Os proponentes devem também especificar os procedimentos para acionamento do suporte e garantia do produto.

## **6.0. VALOR GLOBAL ESTIMADO**

6.1. Os custos da presente aquisição, objeto deste Termo de Referência será estimado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São José de Ubá.

6.2. As despesas desta contratação estão previstas no Orçamento para o exercício deste ano na classificação referente ao programa de trabalho e natureza da despesa a serem

*Daniel Rodrigues Alves*  
**Daniel Rodrigues Alves**  
Coordenador de Vigilância em Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

informados posteriormente pelo setor competente da Secretaria Municipal de Planejamento.

Os custos da presente contratação, objeto deste Termo de Referência será estimado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São José de Ubá.

## **7.0. GESTÃO DO CONTRATO**

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (se houver), conforme abaixo relacionado:

### **8.1.1. GESTOR DO CONTRATO OU DA ARP**

- Ana Beatriz Pinheiro Ferreira – Matrícula: 402435- Secretária Municipal de Saúde

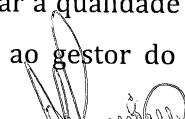
### **8.1.2. FISCAL DO CONTRATO OU ARP**

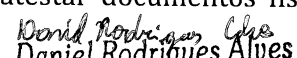
- Daniel Rodrigues Alves – Matrícula: 407240 – Coord. de Vigilância em Saúde
- Carlos Augusto Mauro Tavares– Matricula: 407306 – Coord. Planejamento
- Josélia Estephanele Verdan da Conceição – Matrícula: 403237 – Agente de Combate a Endemias

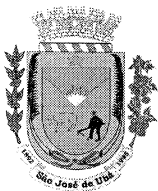
Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição nos referidos cargos.

Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

Compete ao Fiscal de Contrato, acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais,

  
Daniel Rodrigues Alves

  
Daniel Rodrigues Alves  
Coordenador de Vigilância em Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato/ata, etc.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior; e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.

**DEVERES DO CONTRATANTE**

Caberá à CONTRATANTE:

Designar o responsável pelo recebimento do objeto deste CONTRATO;

Efetuar o pagamento conforme estipulado no CONTRATO.

Comunicar à CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do material.

Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação.

**DEVERES DA CONTRATADA**

Além das obrigações legais, a Contratada deverá:

Entregar o objeto descrito acima, em no máximo 30 (trinta) dias e em perfeitas condições, sem estar danificado, amassado, torto, manchado ou qualquer outro tipo de incorreção.

b) Entregar o veículo com tanque abastecido na sua totalidade ou com autorização do contrato para abastecimento completo no posto de combustível mais próximo ao da concessionária;

c) Entregar o veículo emplacado e com toda a documentação pertinente válida e com o IPVA pago pela contratada;

d) Será a empresa vencedora responsável por todos os impostos, encargos, inclusive os custos de frete;

*[Assinatura]*  
Ana Beatriz Pinheiro  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MATRÍCULA 407232

*[Assinatura]*  
Daniel Rodrigues Alves  
Coordenador de Vigilância em Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

e) Não atrasar na entrega do veículo solicitado, caso ocorra a Empresa estará sujeita a multa e na reincidência do contrato com as consequentes sanções de natureza administrativa previstas no edital;

f) Fornecer o produto no local de entrega previstos neste Termo, a saber:

- Secretaria Municipal de Saúde- 08:00 às 16:00- Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº. 125 ( Antigo Prédio da FAETEC), Centro – São José de Ubá – RJ.

Os horários de entrega deverão ser acordados com o fiscal do Contrato. No caso de impossibilidade de entrega, total ou parcial, no prazo acima estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar o impedimento, por escrito, à CONTRATANTE.

g) Substituir, no prazo de 24 horas, o produto considerado irregular pelo fiscal do Contrato, especialmente quanto ao seu aspecto físico e a integridade do lacre;

h) Comunicar a Secretaria de Saúde, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação, casos fortuitos ou de força maior que, eventualmente, venham a prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento do estipulado em Contrato, não transferindo total ou parcialmente o seu objeto;

j) Manter quadro de pessoal suficiente, portando documento de identificação e munido de equipamentos adequados para o fornecimento em questão, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais;

l) Todas as despesas e providências que se fizerem necessárias, visando o fornecimento do material, decorrentes do transporte, do seguro, bem como quaisquer outras afetas à entrega, serão de exclusiva responsabilidade das empresas contratadas, não cabendo a Secretaria Municipal de Saúde ou a Prefeitura Municipal de São José de Ubá quaisquer ônus.

m) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho da CONTRATANTE;

n) Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender prontamente a todas as reclamações pertinentes que porventura surjam durante a execução do contrato;

  
Ana Beatriz Pinheiro Ferreira  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MATRÍCULA 407232

  
Daniel Rodrigues Alves  
Coordenador de Vigilância em Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

- o) Credenciar um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente a todas as reclamações que porventura surjam durante a execução deste CONTRATO;
- p) Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

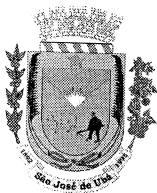
#### **9.0. DO PAGAMENTO**

- 9.1. O veículo solicitado é proveniente da **RESOLUÇÃO Nº. 2194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE;**
- 9.2. O pagamento por parte da Prefeitura Municipal de São Jose de Ubá- RJ ocorre através do recurso da Resolução acima citada;
- 9.3. Pagamento será efetuado na Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº. 125 ( Antigo Prédio da FAETEC), Centro – São José de Ubá – RJ, em até 30 (trinta) dias úteis, após a solicitação do pagamento, sendo necessário para tal que seja efetuado o requerimento pela empresa contratada, com tal fim, no protocolo geral da Prefeitura Municipal, sito a Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº. 125 ( Antigo Prédio da FAETEC), Centro, São José de Ubá- RJ, acompanhado de documento atestado e visado pela Secretária Municipal de Saúde e por qualquer outro funcionário designado para tal fim;
- 9.4. A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 9.5. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), **Fazenda Municipal e Justiça do Trabalho.**

#### **10.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO -** (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da LF 14.133/21)

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio de regular procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, conforme define o art. 6.º XLI da Lei 14.133/2021 e art. 25 e Decreto Municipal nº.1421 de 08 de fevereiro de 2024.

*Daniel Rodrigues Alves*  
**Daniel Rodrigues Alves**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

10.2. Foram considerados para fins de escolha do melhor preço, os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 65/2021, os quais foram devidamente apurados pelo referido Departamento, conforme despacho em anexo, para fins de utilização como parâmetro para a futura contratação.

10.3. A empresa vencedora deverá cumprir as exigências da Lei nº 14.133/2021, assim como cumprir as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e demais certidões negativas solicitadas.

#### **11.0. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total da média de preços de R\$ **121.866,67 (CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).**

11.2. Sendo que os valores deverão ser compatíveis com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no **DECRETO Nº 1421 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2024** que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São José de Ubá/RJ, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nesse sentido, o valor foi definido com base no melhor preço aferido, combinando parâmetros legais do §1.º, do art. 23 da Lei 14.333/2021, bem como pelas diretrizes e parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa a 65/2021, obtendo-se uma cesta de preços apta a demonstrar os preços praticados no mercado e nas contratações públicas realizadas.

Assim, o valor estimado foi obtido da seguinte forma:

*II - As contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior & data de pesquisa de preços, mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, conforme*

*[Assinatura]*  
[Assinatura]

*[Assinatura]*  
**Daniel Rodrigues Alves**  
Coordenador de Vigilância em Saúde





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Saúde  
Telefone: (22) 3866-1684

*registrado no relatório do Banco de Preços Públicos, que também abrange tais informantes de contratações praticadas por outros entes para o mesmo objeto, bem como do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*IV- Pesquisa dinas com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação acompanhado do justificativa da escolha desses fornecedores, conforme pode ser registrado em despacho de Departamento Ac Compras juntado nos autos*

11.4. Deste modo, de acordo com o art. 23 de Lei 14.133/2021 e conforme pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras, o valor previamente estimado está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e mercadológicos.

#### **12.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta Licitação estão previstas para o exercício de 2024 conforme a dotação orçamentária.

**F.R- 600-SUS.INV.**

**FICHA- 385**

**E.D. 449052.00**

**P.T. 01.12.00.10.305.0002.2003.2003.**

#### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Análise Jurídica e Financeira: O Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Documento de Formalização da Demanda para Processo de Contratação devem ser acompanhados de **Parecer Jurídico** acerca do cumprimento de legislações e normas aplicáveis aos itens constantes. O parecer jurídico deve solicitar a inclusão ou retirada de qualquer item que não esteja em conformidade com a legislação vigente. Além disso, questões financeiras, dotações e adequações financeiras e orçamentárias devem ser verificadas pela Diretoria de Compras e Licitações, garantindo o cumprimento das obrigações conforme determina a legislação em vigor.

*Ana Beatriz Pinheiro Petreia*  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MATRÍCULA 407232

*Daniel Rodrigues Alves*  
Coordenador de Vigilância em Saúde  
Matrícula 407240



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

Após a análise jurídica e financeira e as devidas adequações, os documentos estarão aptos para prosseguimento no processo de contratação conforme legislação vigente. A Comissão de Licitações e a Diretoria de Compras também podem alterar qualquer item a seu critério para cumprir a legislação legal, e devem revisar os documentos.

São José de Ubá, 03 de Dezembro de 2024.

*Daniel Rodrigues Alves*  
**Daniel Rodrigues Alves**  
**Coordenador de Vigilância em Saúde**

  
**Ana Beatriz Pinheiro Ferreira**  
**Secretária Municipal de Saúde**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

- **Anexo 01**

## **10 Minutos Salvam Vidas**



### **Capô:**

- **Texto centralizado "10 MINUTOS SALVAM VIDAS":**
  - **Largura: 80 cm.**
  - **Altura: 40 cm.**
- **Posicionado para deixar bordas livres nas laterais e na parte superior/inferior do capô.**

### **Laterais:**

- **Texto "10 MINUTOS SALVAM VIDAS":**
  - **Comprimento: 90 cm.**
  - **Altura: 35 cm.**
  - **Posicionado na região central das portas, com espaçamento visual adequado.**

### **Tampa Traseira**

- **Texto "10 MINUTOS SALVAM VIDAS":**
  - **Altura: 25 cm.**
  - **Largura: 70 cm.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Telefone: (22) 3866-1684**

- **Anexo 02**

**Brasão Municipal:**



**Laterais:**

- **Altura: 25 cm.**
- **Largura: 25 cm.**
- **Dispostos próximos ao texto, sem sobreposição.**

**Tampa traseira:**

- **Tamanho: 25 cm x 25 cm.**
- **Localizado no canto inferior direito ou esquerdo da tampa.**



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

**PROPOSTA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024**

**TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 KM CARACTERIZADO DO TIPO CAMINHONETE, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE ATRAVÉS DO RECURSO FINANCEIRO RECEBIDO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO SES Nº. 2194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.**

A empresa abaixo se propõe fornecer para a Prefeitura Municipal de São José de Ubá- RJ, pelos preços e condições assinalados no presente, e em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência- Anexo II- do Edital do Certame, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ TEL.: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_ Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

Representante da empresa para assinatura de contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_ Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E mail: \_\_\_\_\_

**1.0. PREÇO OFERTADO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Veículo caracterizado do tipo caminhonete 0 Km com modelo no mínimo correspondente a data da emissão da nota fiscal; • 02 (duas) portas laterais; • combustível: gasolina ou flex • Alerta sonoro para lanternas ligadas • Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista • Apoio lateral para acesso a caçamba • Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen •	UNID.		01		



	<p>Banco do motorista com ajuste de altura • Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador • Console central com porta-copos • Direção hidráulica • Entrada USB no console central • Espelhos retrovisores externos • Estepe sob a caçamba • Faróis simples com máscara escurecida • Freio a disco nas quatro rodas • Para-sol com espelho para passageiro • Porta-objetos nas laterais das portas • Preparação para sistema de som com fiação • Protetor da caçamba • Retrovisores externos com controle interno manual • Rodas de aço aro 15" com pneus 205/60 R15 • Vidros elétricos • Tipo de transmissão mínima: mecânica manual de 05 (cinco) marchas ou superior ou automático;</p> <p>Grafismo para a Caminhonete, deve ser aplicado no veículo, em impressão em policromia sobre adesivo vinil automotivo de alta aderência, antibolha, com proteção UV, com garantia de no mínimo 01 (um) ano contra descoloração, nas proporções indicadas no modelo de leiaute proposto e adequado ao carro ofertado.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A Cor do Grafismo deverá ser Verde Chartreuse</li><li>• No Capô e em todas as laterais, deve ser colocado à imagem <b>"10 MINUTOS SALVAM VIDAS"</b>, conforme o Anexo 1.</li><li>• Nas laterais e na Tampa traseira deve conter também o Brasão do Município de São José de Ubá.</li></ul>					
--	---	--	--	--	--	--





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Nos valores propostos acima, estão inclusos todas as despesas de frete e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento dos produtos, tais como: tributos, taxas, transportes e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados a partir da data da apresentação desta proposta.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**  
**(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_,  
(Endereço Completo) \_\_\_\_\_,  
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA, especificamente para participação no processo XXX/2024, Modalidade xxxxxxxx, XX/2024, o que se segue:

a) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;

b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), em cumprimento ao estabelecido no inciso III do art. 62 da Lei 14.133/2021;

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Declara, ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o inciso II do art. 70 da Lei 14.133/2021.

e) Declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 2015 e inciso XVII do art. 92 e art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

f) Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de São José de Ubá/RJ, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

g) Declaramos ainda, que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital;

Localidade e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;  
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_,  
(Endereço Completo) \_\_\_\_\_,  
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

**DECLARA** para fins de participação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**, que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Localidade e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO  
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_,  
(Endereço Completo) \_\_\_\_\_,  
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

**DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo no presente certame.

**OBSERVAÇÃO:** No caso da empresa com enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar juntamente desta declaração, certidão simplificada emitida pela JUCERJA, **sob pena de não poder usufruir dos benefícios concedidos pela legislação e demais parâmetros de julgamento definidos no edital do certame.**

Localidade e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

#### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_,  
(Endereço Completo) \_\_\_\_\_,  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

DECLARA, para todos os fins legais para todos os fins legais, que possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Localidade e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



## ANEXO VIII

### MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/ RJ**, situada na Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº 125, Centro– CEP 28455-000 - São José de Ubá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº12.598.712/0001-33, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde a Senhora Ana Beatriz Pinheiro Ferreira, portadora do RG nº. 24.895.395-2 e inscrita no CPF: 143.609.687-10, no uso de suas atribuições legais, e, de outro lado, o a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato de Fornecimento, conforme previsão na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº.1421 de 08 de fevereiro de 2024, e de acordo com o que consta do Processo administrativo nº 2017/2024, **NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste na AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 KM CARACTERIZADO DO TIPO CAMINHONETE, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE ATRAVÉS DO RECURSO FINANCEIRO RECEBIDO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO SES Nº. 2194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, NAS CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

A presente aquisição encontra respaldo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. Tendo em vista que o objeto a ser adquirido enquadra-se como bens comuns, a Administração deverá utilizar o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, conforme preceitua a Lei Federal nº.14.133/21, em razão dos padrões de qualidade ser consolidado como usuais de mercado. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de **MENOR PREÇO**, considerando o fornecimento do produto, de forma única pela Unidade Requisitante, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de São José de Ubá – RJ, de acordo com o descrito na proposta de preços e no termo de referência anexos ao Processo 2017/2024, conforme descrição abaixo:





ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<p>Veículo caracterizado do tipo caminhonete 0 Km com modelo no mínimo correspondente a data da emissão da nota fiscal; • 02 (duas) portas laterais; • combustível: gasolina ou flex • Alerta sonoro para lanternas ligadas • Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista • Apoio lateral para acesso a caçamba • Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen • Banco do motorista com ajuste de altura • Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador • Console central com porta-copos • Direção hidráulica • Entrada USB no console central • Espelhos retrovisores externos • Estepe sob a caçamba • Faróis simples com máscara escurecida • Freio a disco nas quatro rodas • Para-sol com espelho para passageiro • Porta-objetos nas laterais das portas • Preparação para sistema de som com fiação • Protetor da caçamba • Retrovisores externos com controle interno manual • Rodas de aço aro 15" com pneus 205/60 R15 • Vidros elétricos • Tipo de transmissão mínima: mecânica manual de 05 (cinco) marchas ou superior ou automático;</p> <p>Grafismo para a Caminhonete, deve ser aplicado no veículo, em impressão em policromia sobre adesivo vinil automotivo de alta aderência, antibolha, com proteção UV, com garantia de no mínimo 01</p>	UNID.		01		



	<p>(um) ano contra descoloração, nas proporções indicadas no modelo de leilante proposto e adequado ao carro ofertado.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A Cor do Grafismo deverá ser Verde Chartreuse</li><li>• No Capô e em todas as laterais, deve ser colocado à imagem <b>“10 MINUTOS SALVAM VIDAS”</b>, conforme o Anexo 1.</li><li>• Nas laterais e na Tampa traseira deve conter também o Brasão do Município de São José de Ubá.</li></ul>					
--	---	--	--	--	--	--

**VALOR GLOBAL:** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- O Município deverá acompanhar e fiscalizar a contratação, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exercendo ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência.
- Compete, ainda, ao Município:
- quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- notificar, formal e tempestivamente, a detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.
- notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;



- f) aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- g) prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- h) Proporcionar todas as condições para que os profissionais contratados possam prestar o objeto, de acordo com as especificações deste Termo de Referência e da Proposta Comercial juntada, que fará parte integrante ao contrato.
- i) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas obrigacionais deste Termo de Referência e com os termos de sua Proposta;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições na prestação do serviço, fixando prazo para a sua correção;
- k) Promover o pagamento à Contratada do valor resultante da contratação, no prazo estipulado e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- l) Zelar para que durante toda a vigência do ajuste sejam mantidas as obrigações assumidas pela Contratada, especialmente as condições de habilitação e qualificação;
- m) Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- n) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- o) Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- p) Aplicar as sanções previstas em lei ou neste Termo de Referência;
- q) Fornecer Suporte para recepção do produto, disponibilizando pessoal adequado para auxiliar no processo de recepção dos materiais, no que se refere a conferência e armazenamento.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) São obrigações da licitante vencedora, além daquelas expressas no TERMO DE REFERÊNCIA:
- b) Executar o serviço solicitado conforme Ordem de Fornecimento, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- c) Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- d) Entregar o veículo com tanque abastecido na sua totalidade ou com autorização do contrato para abastecimento completo no posto de combustível mais próximo ao da concessionária;
- e) Entregar o veículo emplacado e com toda a documentação pertinente válida e com o IPVA pago pela contratada;
- f) Comunicar ao Município Contratante a modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante no contrato;
- g) O Objeto, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre no contrato ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa detentora do Contrato;
- h) Entregar o veículo, estritamente de acordo com o Termo de Referência, bem como no prazo e quantitativo estabelecidos em solicitação expedida pela unidade requisitante, responsabilizando-se pelo refazimento dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Prefeitura do Município de São José de Ubá/RJ, estarem em desacordo com as referidas especificações;
- i) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- j) Prestar o objeto da contratação em estrita observância às especificações deste Termo de Referência e da sua Proposta Comercial;



- k) Zelar pela qualidade do serviço prestado, obrigando-se a manter as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na contratação;
- l) Endereçar ao Gestor e aos Fiscais do contrato todas as informações e comunicados relativos à prestação do serviço, eletronicamente ou por outros meios;
- m) Informar ao Contratante, durante toda a vigência do ajuste, qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de agentes vinculados ao Contratante;
- n) Responsabilizar-se por todos os vícios e defeitos do objeto, durante todo o período de vigência da prestação do serviço;
- o) Fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo 12(doze) meses;
- p) Não transferir a terceiros, sejam produtores, representantes ou quaisquer outros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- q) Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços e eventual iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização;
- r) Comunicar ao gestor e aos fiscais do contrato, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que porventura impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para a prestação do serviço, com a devida comprovação;
- s) Responsabilizar integralmente por todos os custos e procedimentos relacionados ao transporte dos materiais até o local designado pela contratante, incluindo frete, seguro e movimentação do produto no local de entrega.



#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

O valor global do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), incluindo todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento devido será efetuado no Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias após solicitação de pagamento, sendo necessário para tal, que seja efetuado requerimento protocolado pela contratada, com tal fim, no protocolo geral da Prefeitura Municipal, sito a Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº. 125, Centro, São José de Ubá- RJ, acompanhado de documento atestado e visado pela Secretária Municipal de Saúde e por qualquer outro funcionário designado para tal fim.

A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, crescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), **Fazenda Municipal e Justiça do Trabalho**.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, ocorrerá por conta da Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de São José de Ubá/RJ.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde

II) Fonte de Recursos: 600 – SUS.INV – Ficha: 385

III) Programa de Trabalho: 02.12.00.10.305.0002.2003.2003

IV) Elemento de Despesa: 44.90.52.00





### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou execução do contrato;
- fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- Multa:
- moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para



apresentação, suplementação ou reposição da garantia. 10.14.4.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, 59º)
- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo
- Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao
- Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
  - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para o Contratante;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos



na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

### **CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 165 da Lei nº 14.133/21, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**Parágrafo Único.** Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

a) O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

b) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

d) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

d) A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.



### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei nº 14.133/21, ressalvado o disposto na legislação instituidora do Real.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará por 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/21, com a redação da legislação posterior, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme abaixo relacionado:

#### **GESTOR DO CONTRATO**

- Ana Beatriz Pinheiro Ferreira – Matrícula: Secretária Municipal de Saúde

#### **FISCAL DO CONTRATO**

- Diego Pinheiro Roze – Matrícula: 404896 – Administrador Geral



- Carlos Augusto Mauro Tavares – Matrícula: 407306 – Coord. Planejamento
- Alcinea Leite Rodrigues Verdan – Matrícula: 407299 – Coord. do Centro de Especialidade Médica.

Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição nos referidos cargos.

Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

Compete ao Fiscal de Contrato, acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ENTREGA**

O prazo para a entrega do veículo será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho a ser emitida pelo Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Ubá – RJ.

A entrega será feita no prédio Secretaria Municipal de Saúde- 08:00 às 16:00- Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº. 125, Centro – São José de Ubá – RJ, no horário compreendido entre 07 e 16 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados Nacionais, do Município e do Estado do Rio de Janeiro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

Alicerçado no artigo 176 da Lei 14.133, de 2021, a divulgação do presente instrumento se dará em diário oficial do Município e site oficial da Prefeitura, na forma prevista no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

O foro competente será o da Comarca de Itaperuna/RJ, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, foi o presente Contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes Contratantes.

São José de Ubá-RJ, ..... de 2024

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**

Ana Beatriz Pinheiro Ferreira  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA